



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000395581

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento nº 2026996-30.2025.8.26.0000, da Comarca de Tatuí, em que é agravante ISAÍDE MARTINS, é agravado BANCO BRADESCO S/A.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 18ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Negaram provimento ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores ISRAEL GÓES DOS ANJOS (Presidente) E SERGIO GOMES.

São Paulo, 24 de abril de 2025.

ERNANI DESCO FILHO

Relator(a)

Assinatura Eletrônica

VOTO Nº 9122

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2026996-30.2025.8.26.0000

AGRAVANTE: ISAÍDE MARTINS

AGRAVADO: BANCO BRADESCO S. A.

AGRAVO DE INSTRUMENTO. Ação Declaratória de Inexigibilidade de Débito c.c. Repetição de Indébito e Indenização por Dano Moral (RMC). Insurgência do autor contra a decisão que indeferiu a tutela de urgência para suspender descontos relativos a empréstimo bancário em seu benefício previdenciário (RMC). Não Cabimento. A concessão da tutela de urgência é discricionariedade do juízo monocrático e somente pode ser deferida desde que estejam presentes os requisitos previstos no art. 300 do CPC, o que não ocorre no caso. Necessidade de dilação instrutória sob o crivo da ampla defesa e do contraditório. Risco de supressão de instância e pré-julgamento da causa. Descontos que ocorrem há considerável período de tempo. Fragilização da alegação do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*.

Decisão mantida. RECURSO NÃO PROVIDO.

Cuida-se de AGRAVO DE INSTRUMENTO interposto contra decisão (fls. 39 dos autos de origem) proferida na AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO C. C. REPETIÇÃO DE INDÉBITO E INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL Nº 1000752-52.2025.8.26.0624, pela qual indeferida a tutela de urgência requerida visando à cessação de descontos relativos a empréstimo bancário em seu benefício previdenciário.

Sustenta o parte agravante, em resumo, o seguinte: **[i]** as cobranças não têm respaldo legal ou contratual; **[ii]** nunca solicitou ou autorizou a contratação de cartão de empréstimo consignado; **[iii]** a continuidade das cobranças indevidas gera um risco iminente de prejuízos financeiros ao agravante, idoso de 72 anos que poderá sofrer danos irreparáveis, como o comprometimento de seu crédito ou o descontrole de sua saúde financeira, enquanto a situação não for devidamente regularizada; **[iv]** se o agravante tiver que aguardar a formação do contraditório (com apresentação de eventual contestação pelos agravados) e os demais trâmites processuais, terá sua única fonte de renda comprometida; e **[v]** em caso de improcedência da ação, poderão ser retomadas as cobranças, devidamente atualizadas, bem como efetivados todos os meios legais de coerção ao pagamento.

Pleiteia a concessão do efeito suspensivo e, ao final, o provimento do recurso (fls. 01/8).

Dispensado do pagamento do preparo por ser beneficiário da gratuidade (fls. 39 dos autos de origem)

Em cognição inicial (fl. 13), indeferi a antecipação da tutela recursal pretendida e determinei a intimação da parte agravada, que não apresentou resposta (fls. 55).

É o relatório.

Facilmente perceptível que **o indeferimento da tutela de urgência era mesmo de rigor. Adoto a r. decisão como parte da *ratio decidendi per relationem*** (técnica de fundamentação amplamente difundida e consagrada pela jurisprudência das Cortes Superiores: AgInt no REsp n. 1.979.920/RJ, Rel. Min. Benedito Gonçalves, 1ª T. STJ, DJe de 01/09/2022 e ARE 1346046 AgR, Rel. Min. Nunes Marques, 2ª T. STF, DJe-119 de 20/06/2022):

Indefiro o pedido de tutela de urgência visando a suspensão dos descontos do empréstimo sobre a RMC, pois incidem no benefício previdenciário da parte autora desde 10/2022, vale dizer, há mais de dois anos, de modo que não se vislumbra o perigo de se aguardar o tempo do processo.

Cediço que a decisão provisória denominada tutela de urgência está disciplinada pelo art. 300 do Código de Processo Civil (CPC). Consta em referido preceptivo a necessidade de a parte interessada carrear *elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo*, sendo o seu deferimento uma faculdade do magistrado.

Assim, de acordo com a doutrina de HUMBERTO THEODORO JUNIOR (Curso de Direito Processual Civil – Volume I, 60ª edição, Forense, p. 918), “o juízo necessário não é o de certeza, mas o de verossimilhança, efetuado sumária e provisoriamente à luz dos elementos produzidos pela parte. Não se pode,

bem se vê, tutelar qualquer interesse, mas tão somente aqueles que, pela aparência, se mostram plausíveis de tutela no processo. Assim, se da própria narração do requerente da tutela de urgência, ou da flagrante deficiência do título jurídico em que se apoia sua pretensão de mérito, conclui-se que não há possibilidade de êxito para ele na composição definitiva da lide, caso não é de lhe outorgar a proteção de urgência”.

Considerando os motivos expostos pelo Juízo singular, não vislumbro razão concreta para dissentir do posicionamento adotado. Tendo em vista a densidade da discussão, reputo que deve ser perquirida a legitimidade da contratação sob o crivo da ampla defesa e do contraditório com a devida instrução processual – até mesmo para se evitar a supressão de instância e o pré-julgamento da causa.

Frise-se, por derradeiro, que os descontos datam de 2022, ao passo que a ação fora proposta anos depois. Logo, também não há qualquer indicativo do *periculum in mora*, razão pela qual fica expressamente indeferida a tutela de urgência.

No mesmo sentir, vide precedentes desta Colenda Câmara:

*Agravo de instrumento – ordinária declaratória de inexigibilidade de débito – pleito de tutela provisória de urgência para suspensão de descontos relativos a cartão de crédito com reserva de margem consignável em benefício previdenciário (RMC) – indeferimento - ausência dos requisitos legais exigidos pelo art. 300 do CPC – **inexistência de elementos suficientes a demonstrar, neste momento processual e de forma indene de dúvidas, a probabilidade do direito, como também o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo considerando-se que os débitos questionados estão sendo debitados desde o ano de 2015** – ademais, há perigo de irreversibilidade da medida, o que é vedado pelo art. 300, §3º, do CPC - decisão mantida – recurso desprovido (TJSP; Agravo de Instrumento 2017435-50.2023.8.26.0000; Relator (a): Sergio Gomes; Órgão Julgador: 18ª Câmara de Direito Privado; Foro de Junqueirópolis - Vara Única; Data do Julgamento: 13/03/2023; Data de Registro: 13/03/2023) (destaque nosso);*

Agravo de instrumento. Ação declaratória de inexistência de débito.

Indeferimento de tutela de urgência para cessação de atos de cobrança. Insurgência do requerente. Inadmissibilidade. Ato reputado como ilegal ocorrido há quase dois anos. Fragilização da alegação do periculum in mora. Ausência de teratologia no v. decisum impugnado. Precedentes desta Corte Bandeirante. Posicionamento do Magistrado mais próximo da causa que deve ser prestigiado. Decisão mantida. Recurso desprovido (TJSP; Agravo de Instrumento 2209025-53.2022.8.26.0000; minha relatoria; Órgão Julgador: 18ª Câmara de Direito Privado; Foro de Americana - 2ª Vara Cível; Data do Julgamento: 07/02/2023; Data de Registro: 07/02/2023) (destaque nosso);

RECURSO – Agravo de Instrumento – Ação de repetição do indébito c. c. indenização por danos morais e pedido de tutela de urgência – Insurgência contra a r. decisão que indeferiu o pedido de tutela de urgência – Inadmissibilidade – Hipótese em que alguns dos descontos impugnados são efetuados há anos e não foram contratados diretamente junto ao Banco agravado – Não evidenciada a probabilidade do direito pleiteado – "Fumus boni iuris" que não foi suficientemente demonstrado – "Periculum in mora" não caracterizado – Necessidade de se aguardar a instauração do contraditório – Requisitos do artigo 300 do CPC, não configurados – Recurso improvido (TJSP; Agravo de Instrumento 2100971-27.2021.8.26.0000; Relator (a): Roque Antonio Mesquita de Oliveira; Órgão Julgador: 18ª Câmara de Direito Privado; Foro de General Salgado - Vara Única; Data do Julgamento: 19/06/2021; Data de Registro: 19/06/2021) (destaque nosso).

Não bastasse isso, deve prevalecer o entendimento do Juízo *a quo*, destinatário da prova e mais próximo da causa, que analisou os elementos constantes dos autos e reputou que não estão satisfeitos os pressupostos do art. 300 do CPC. No mesmo sentir, vide precedentes bandeirantes:

*AGRAVO DE INSTRUMENTO. LOCAÇÃO RESIDENCIAL. AÇÃO DE DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO C.C. COBRANÇA. LIMINAR. Interposição contra decisão interlocutória que indeferiu a liminar de desocupação. Locação de loteamento. Caso peculiar envolvendo a agravante, locadora que demanda centenas de ações com mesmo objeto. Insuficiência do preenchimento dos requisitos do art. 59, §1º, da Lei nº 8.245/91, sendo imprescindível, no caso, a demonstração dos pressupostos para a concessão da tutela de urgência (art. 300, do CPC), ausentes no caso. **Decisão da magistrada, que está mais próxima da causa e dos acontecimentos na Comarca, que deve prevalecer.** Caso que, ademais, envolve despejo de imóvel residencial em plena pandemia da Covid-19, sendo*

mais cauteloso aguardar o contraditório. Liminar indeferida. Decisão mantida. AGRADO NÃO PROVIDO (TJSP; Agravo de Instrumento 2036692-66.2020.8.26.0000; Relator (a): Alfredo Attié; Órgão Julgador: 27ª Câmara de Direito Privado; Foro de Arujá - 1ª Vara; Data do Julgamento: 10/02/2021; Data de Registro: 10/02/2021) (destaque nosso).

AÇÃO MONITÓRIA - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS-HOSPITALARES - Alteração contratual na forma verbal - Emissão de notas fiscais de valores novos reduzidos - Sem elementos convincentes para reformar a decisão agravada proferida pelo Juízo que está próximo da causa - Manutenção da decisão agravada - Recurso desprovido (TJSP; Agravo de Instrumento 2166511-66.2014.8.26.0000; Relator (a): Claudio Hamilton; Órgão Julgador: 25ª Câmara de Direito Privado; Foro Central Cível - 43ª V. CÍVEL; Data do Julgamento: 27/11/2014; Data de Registro: 01/12/2014) (destaque nosso).

Dessa maneira, vez que não demonstrados o preenchimento dos requisitos do art. 300 do Código de Processo Civil, necessário que se aguarde a devida instrução processual para análise exauriente da questão, razão pela qual, por ora, fica mantido o indeferimento da tutela de urgência.

Ante o exposto, pelo meu voto, **NEGO PROVIMENTO AO RECURSO.**

ERNANI DESCO FILHO
RELATOR